

Uma chance para unificar as polícias

A proposta que dá competência aos governos estaduais para legislar sobre segurança pública, incluindo a unificação das polícias Civil e Militar, deve ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O exame do projeto de Tasso Jereissati foi adiado na semana passada por solicitação do autor, atendendo a pedido de representantes de categorias envolvidas que queriam estudar as implicações dessa união e a repercussão da medida em seus salários. **Página 3**

Renan recebe hoje o premiê Romano Prodi

O primeiro-ministro italiano Romano Prodi será recebido hoje, às 15h30, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles deverão debater a cooperação econômica e comercial Brasil-Itália, sobretudo na área de energias renováveis e com ênfase no biocombustível. Esse tema está na pauta de conversas do premiê com o presidente Lula. **Página 3**

Gestão local do SUS requer formação de quadros, diz Viana

O senador Tião Viana lembrou ontem que estudiosos condicionam à capacitação de agentes locais a transferência da gestão de recursos do Sistema Único de Saúde aos municípios. Considerando saudável o debate sobre o tema, Tião Viana afirmou que o Ministério da Saúde já está buscando a qualificação de gestores. **Página 6**



A transformação de lixões em aterros sanitários é um dos objetivos da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Os desafios do lixo e do aquecimento global

A Comissão de Meio Ambiente do Senado instala hoje a subcomissão temporária que analisará as consequências ambientais e sociais do depósito de resíduos sólidos (lixo). Os

senadores devem eleger o presidente e o vice do colegiado, que foi sugerido por Cícero Lucena. Amanhã, reúnem-se as subcomissões permanentes que tratam de aquecimento

global e mudanças climáticas. Foram convidados para o debate a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o subsecretário do Itamaraty Everton Vieira Vargas. **Página 4**

Proposta transfere do Banco Central para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica competência para fiscalizar e punir instituições financeiras

Senado vota projeto que estimula concorrência entre os bancos

O projeto que transfere do Banco Central (BC) para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a competência para fiscalizar e punir condutas lesivas à ordem econômica e à concorrência no âmbito do sistema financeiro pode ser votado em Plenário ainda nesta semana. O exame da matéria depende basicamente da desobstrução da pauta, o que deve acontecer a partir de hoje, depois do acordo entre as lideranças para a votação de medidas provisórias e de um projeto de lei da Câmara.

A proposta, que tramita em regime de urgência, vai oferecer suporte ao Cade para abrir investigação contra bancos quando houver indícios, por exemplo, de combinação nos valores das tarifas.

De autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a proposta (PLS 412/03-Complementar) ganhou parecer favorável nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Na CCJ, relatado por César Borges



O Plenário deve examinar, em primeiro lugar, dez medidas provisórias e um projeto

(PFL-BA), o projeto recebeu emenda que mantém no BC o poder de decidir sobre atos de concentração – fusões, incorporações e compra de instituições financeiras – que “afetem a confiabilidade e segurança” do sistema financeiro.

O autor da proposta argumenta que a atuação do BC tem sido insuficiente para sanar os problemas causados pela falta de concorrência no setor financeiro.

Na prática, afirma, as instituições funcionam como um oligopólio, em que poucas delas controlam o mercado.

Ajuste de conduta

A CAE aprovou emenda da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), autorizando o Cade a firmar termo de ajustamento de conduta com as instituições financeiras investigadas para que o ato danoso seja suspenso e seus efeitos, corrigidos.

Homenagem à Campanha da Fraternidade da CNBB

O Senado Federal realiza hoje, às 14h, sessão especial para homenagear a Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O tema de 2007 é “Fraternidade e Amazônia”, com o lema “Vida

e missão neste chão”.

De acordo com informações da CNBB, o objetivo da Campanha da Fraternidade é incentivar o respeito aos povos da Amazônia, sua biodiversidade e beleza. A campanha é promovida anualmente pela CNBB há mais de 40

anos, durante a quaresma.

Amanhã, também às 14h, a hora do expediente da sessão plenária será destinada a mais uma homenagem, quando serão comemorados os 85 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senadores homenageiam CNBB e retomam votações

A sessão é deliberativa e começa às 14h. Na hora do expediente haverá homenagem à Campanha da Fraternidade de 2007 “Fraternidade e Amazônia – Vida e Missão neste Chão”, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em seguida, os senadores examinam a ordem do dia, trancada por dez medidas provisórias. A primeira a ser votada – MP 333/06 – solicita crédito em favor da Presidência da República e de ministérios. Também está em pauta proposta da Câmara (PLC 124/06) que fixa incentivos fiscais para empresas que investem em projetos de pesquisa científica e tecnológica.

Qualidade de ensino

A Comissão de Educação (CE) reúne-se às 11h para deliberar sobre seis projetos. O primeiro item da pauta prevê alterações nas competências e na estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, a fim de garantir a qualificação de recursos humanos para a educação básica e propiciar a integração desse nível de ensino com a educação superior.

Lavagem de dinheiro

Com reunião marcada para as 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar substitutivo a quatro projetos que tramitam em conjunto tratando da adoção de medidas que facilitem a investigação dos crimes de lavagem de dinheiro, com normas mais severas para punir os criminosos.



Venda do pão francês

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se às 11h30 e deve examinar o projeto que determina a comercialização do pão francês a peso e por unidade de 50 gramas. Em pauta, ainda, o substitutivo ao projeto de lei que trata da veiculação de advertência sobre o consumo e a escassez de água. Em seguida, ocorre a instalação da subcomissão temporária destinada a discutir formas de gerenciamento de resíduos sólidos.

Lançamento

Às 17h, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, lança o livro Tempo de transformação, que reúne artigos publicados pelo autor em jornais.

Visita italiana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recepciona, às 15h30, o primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Tião Viana, João Ribeiro, Efraim Moraes e Gilvam Borges e pela senadora Serys Slhessarenko



Biocombustível está na pauta do encontro entre Renan e Prodi

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebe hoje, às 15h30, o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi. Durante o encontro, eles deverão falar da cooperação econômica e comercial Brasil-Itália, especialmente na área de energias renováveis, com ênfase no biocombustível.

O senador tem afirmado que o aquecimento global, a escalada dos preços do petróleo e a corrida por fontes alternativas de energia abrem caminho para o Brasil assumir a liderança mundial na solução da crise energética. Em sua opinião, essa preocupação está na agenda política do mundo inteiro, e o Brasil pode extrair, com isso, ganhos nos setores geopolítico e econômico, por liderar, ao lado dos Estados Unidos, a produção mundial de etanol.

O biocombustível está na pauta de conversas do premiê italiano com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim como a integração regional na Europa e na América do Sul; o acordo Mercosul-União Européia; mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento; a rodada Doha da Organização Mundial do Comércio; o fortalecimento do multilateralismo; e a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o presidente Lula e Romano Prodi deverão reafirmar compromisso com o estabelecimento de uma parceria estratégica e concordar em instituir mecanismos de consulta no mais alto nível político. Isso, segundo o Itamaraty, resultará em avaliações anuais dos compromissos acordados, na fixação de novas metas para o relacionamento bilateral e na coordenação de posições sobre temas de interesse mútuo da agenda internacional.

Em 2006, as relações econômico-comerciais entre Brasil e Itália receberam forte impulso com a realização de duas importantes missões empresariais – da Confederação de Indústrias da Itália ao Brasil, em março, e das federações das Indústrias de São Paulo e Minas Gerais a Roma e a Milão. No plano institucional, foi criado o Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira e para o Desenvolvimento, que promoveu sua primeira reunião em Roma, em setembro passado.

Recordes

Essas ações deverão incrementar o fluxo do comércio bilateral, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos anos (US\$ 6,4 bilhões em 2006), e impulsionar os investimentos italianos no Brasil em novas áreas, como a de infra-estrutura. A Itália ocupa o 12º lugar entre os países investidores no Brasil, com estoque de US\$ 4,4 bilhões. No relacionamento Brasil-Itália sobressaem ainda os sólidos vínculos humanos que unem os dois povos, ilustrados pelos 25 milhões de brasileiros de origem italiana.

A decisão de Prodi de realizar a visita no momento em que enfrenta dificuldades internas que abalaram a própria coalizão do seu governo traduz, para o governo brasileiro, o interesse renovado da Itália pelo Brasil. Seu encontro com o presidente Lula será às 11h de hoje, no Palácio do Planalto. No Congresso Nacional, o primeiro-ministro italiano visitará também o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. Na sua estada em Brasília, além de ser recebido pelos chefes do Legislativo e do Executivo, Prodi se encontrará com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Proposta que será votada amanhã pela Comissão de Justiça concede atribuição às unidades federativas para legislar sobre segurança pública

Estados poderão ter competência para unir as polícias Civil e Militar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá competência aos governos estaduais para legislar sobre segurança pública, incluindo a unificação das polícias Militar e Civil. A análise da proposição foi adiada na semana passada por solicitação do autor, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), atendendo a pedido de representantes das categorias envolvidas que queriam estudar as implicações dessa união e a repercussão da medida em seus salários.

A proposta (PEC 21/05) pretende retirar da União a competência para legislar sobre normas gerais de organização das corporações militares estaduais (polícia e corpo de bombeiros); incorporar à Polícia Federal as funções desempenhadas pelas polícias Rodoviária e Ferroviária; e extinguir a Justiça Militar e o Ministério Público Militar estaduais e transferir suas atribuições para a Justiça comum. A iniciativa visa ainda criar um fundo de segurança pública com recursos vinculados correspondentes a 5% da receita dos impostos federais e a 9% dos impostos estaduais e municipais, entre outras ações.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), elaborou parecer contrário por temer que,



Iniciativa de Jereissati extingue Justiça Militar estadual e o MP correspondente

com a retirada da competência da União para legislar inclusive sobre o material bélico dessas corporações, as polícias poderiam fortalecer-se excessivamente. Além disso, a seu ver, “soa desarmonioso que alguns estados tenham Polícia Militar e outros não”, uma vez que a decisão passaria a ser de cada estado.

Hierarquia

Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do grupo de trabalho que analisa propostas relativas à segurança pública, criado no âmbito da CCJ, em fevereiro, deve apresentar um voto em separado com parecer favorável à PEC. Os integrantes desse grupo reuniram-se na semana passada com integrantes das corporações e avaliaram ser possível avançar na discussão da proposta, ressaltando que a unificação será feita

gradativamente, e não de uma só vez. Demostenes destacou que os estados que quiserem evoluir para um novo modelo policial poderão fazê-lo, já que os parâmetros continuarão a ser estipulados pela Constituição, como a hierarquia e a disciplina.

– Queremos evitar o desperdício de esforço, com a Polícia Civil trabalhando para um lado e a Polícia Militar trabalhando para um outro. Queremos acabar com o trabalho paralelo e as funções díspares dentro das polícias – afirmou, na ocasião.

Outra matéria que deve voltar à pauta é o projeto de lei (PLC 9/07) que altera dois artigos do Código Penal, com o objetivo de aumentar penas. A primeira mudança agrava a pena do autor em caso de crimes praticados com a participação de menores de 18 anos. De acordo com o texto, bastará que o menor participe de qualquer forma da ação criminosa, com a anuência tácita ou expressa do autor, ainda que a conduta do menor seja acessória ou apenas para auxílio moral, para que o autor tenha a pena aumentada. A outra alteração dobra a punição no caso de formação de organização criminosa. Atualmente, a única causa prevista para que a pena seja dobrada é a utilização de armas pelos membros da quadrilha.

Gilvam quer incentivar empresa a contratar preso

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei que visa incentivar empresas privadas a contratarem os serviços de presidiários, mediante o oferecimento de uma série de benefícios sociais e econômicos.

De acordo com o projeto, as empresas poderão deduzir da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) as despesas referentes à remuneração e à formação educacional e profissional de trabalhadores em cumprimento de pena privativa de liberdade ou em prisão provisória, desde que obedecidas determinadas condições. Ele disse que essa é a primeira de uma série de propostas para “pacificar o Brasil”.

Depois de afirmar que “apenas o trabalho é capaz de regenerar”,

Gilvam observou que as penitenciárias brasileiras são verdadeiras “escolas do crime”, que, em geral, transformam quem nelas entra em pessoas muito piores.

– Nosso sistema prisional erra em um ponto fundamental: não dá a devida importância ao trabalho como meio de trazer o condenado de volta ao pleno convívio social. E cabeça vazia, já dizia minha avó, é oficina do diabo – argumentou.

O senador ressaltou que sua proposta apresenta uma solução que foge do lugar-comum e que trará benefícios à sociedade como um todo. Ele destacou que “tudo o que é feito em prol da vida não tem preço”.

Educação

Gilvam saudou Cristovam Buarque (PDT-DF), que havia



Para Gilvam, “apenas o trabalho é capaz de regenerar” o presidiário

comunicado ao Plenário sua participação, no último fim de semana, na 1ª Caminhada do Movimento Educação Já, em Fortaleza. O senador pelo Amapá se disse solidário à ideia da revolução pela educação, e afirmou que “o país só alcançará sua emancipação quando debelar a ignorância”.

Sindicalistas e representantes de empresas envolvidas em negociação devem ser convidados para audiência pública de três comissões do Senado

Senadores querem discutir compra do grupo Ipiranga pela Petrobras

O Senado poderá debater, em audiência pública, a compra do grupo Ipiranga (que atua nos setores de distribuição de combustíveis e petroquímico, entre outros) pelo consórcio formado por Petrobras, Braskem e Ultra, anunciada oficialmente no último dia 19.

Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento solicitando a reunião, a ser promovida de forma conjunta por três comissões: de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O requerimento foi assinado também pelos outros senadores que representam o Rio Grande do Sul: Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB).

Paim declarou que sua expectativa é de que a transação não resulte em demissões e que o Rio Grande do Sul não saia prejudicado.



Paim pede reunião conjunta da CAS, CAE e CI para debater transação

A solicitação já foi aprovada pela CAS e ainda será votada na CAE e na CI.

Caso a audiência seja confirmada, devem ser convidados representantes da Petrobras, da Braskem, da Ultra e da Ipiranga, além dos presidentes do Sindicato dos Petroleiros e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Pe-

troquímicas de Triunfo (RS).

Transação

Conforme foi divulgado à imprensa, a operação envolveria o pagamento de cerca de US\$ 4 bilhões por todas as ações do grupo Ipiranga.

Paulo Paim destacou que, de acordo com a Petrobras, a estatal assumiria a rede de distribuição de combustíveis da Ipiranga nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o grupo Ultra atuaria no Sul e Sudeste.

Também caberiam à Petrobras 40% dos ativos do grupo Ipiranga no setor de petroquímica, e os outros 60% seriam destinados à Braskem – a qual, além disso, “reforçará” sua posição no controle da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul). Já o controle da Refinaria Ipiranga seria igualmente dividido entre as três compradoras.

Subcomissão dos Biocombustíveis define cronograma de trabalho

A primeira reunião de trabalho da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis está prevista para amanhã, às 10h, e deve discutir o cronograma de atividades para este ano. O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os membros da subcomissão deverão deliberar ainda sobre requerimento apresentado pelo senador João Tenório (PSDB-AL) que solicita a realização de audiência pública para colher informações sobre os impactos

da padronização da qualidade do etanol, do álcool etílico anidro combustível, do álcool etílico hidratado combustível e do biodiesel produzidos no Brasil.

O debate, de acordo com o requerimento, deverá contar com a presença dos ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes. Também deverá estar presente o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

Se o requerimento for aprova-



João Tenório propõe audiência pública sobre padronização de qualidade

do, a audiência pública deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que votará solicitação de Kátia Abreu (PFL-TO) com o mesmo objetivo.

Associados de cooperativas poderão ter isenção de imposto

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se amanhã para analisar parecer de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) a projeto de lei que isenta da cobrança de tributos os atos de compra e venda praticados entre os associados de cooperativas.

A proposta (PLC 82/06) altera a Política Nacional de Cooperativismo (Lei 5.764/71) a fim de incluir como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado quando vinculados ao seu obje-

tivo social.

Segundo Quintanilha, o projeto adota a interpretação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) segundo a qual, apesar de a cooperativa realizar operação de compra e venda de mercadorias, nessas situações, “qualquer incidência de tributo deve ser mitigada, já que essa atividade é realizada somente entre a cooperativa e os associados, sem o intuito de lucro, e está diretamente ligada ao objetivo social da cooperativa”.

Também se encontra na pauta da

CRA projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que inclui o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra, que atende ao agricultor familiar da região Nordeste, do semi-árido de Minas Gerais e da região norte do Espírito Santo.

Jereissati afirma que a proposta (PLS 266/03) incentivará a formalização dos contratos agrários de parceria, no âmbito da agricultura familiar, contribuindo para a redução dos conflitos no meio rural.

Reunião conjunta avalia relatório da ONU sobre mudanças climáticas

As conclusões do relatório das Nações Unidas sobre aquecimento global, divulgado no dia 2 de fevereiro deste ano, serão debatidas em reunião conjunta de duas subcomissões do Senado.

As subcomissões do Aquecimento Global (que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente) e a de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (no âmbito da Comissão de Relações Exteriores) reúnem-se para o debate amanhã, a partir das 9h30.

Foram convidados a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o subsecretário para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, Everton Vieira Vargas.

Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da Subcomissão do Aquecimento Global e autor do requerimento para a realização da audiência, argumenta que o relatório das Nações Unidas revelou um quadro preocupante do mundo em decorrência das



Casagrande se diz preocupado com o quadro revelado pelo documento

mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global, sendo importante conhecer as medidas que o governo brasileiro pode adotar para prevenir e combater seus efeitos.

Para Fernando Collor (PTB-AL), presidente do outro colegiado, é fundamental que o Senado conheça, também, o ponto de vista da política externa brasileira e as negociações da chancelaria sobre os atos internacionais relativos ao aquecimento global.

Debate sobre formas de gerenciar o lixo ganha espaço no Senado

A Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos será instalada hoje, logo após reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Nesse primeiro encontro da subcomissão, que funcionará no âmbito da CMA, os senadores vão eleger o presidente e o vice-presidente do colegiado.

Criada em 14 de março por sugestão de Cícero Lucena (PSDB-PB), a subcomissão, com prazo de 12 meses de funcionamento, tem como objetivo analisar as consequências ambientais e sociais do depósito de resíduos sólidos e apresentar propostas, metodologias e obrigações a serem adotadas pelas administrações municipais visando transformar os lixões em aterros sanitários e também criar projetos de reciclagem de materiais e de produção de energia.

Antes, a CMA reúne-se para analisar substitutivo de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) a projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) estabelecendo que os documentos fiscais emitidos por ocasião da venda de mercadorias e serviços devem informar o valor aproximado dos tributos federais, estaduais e municipais que influenciam na formação do preço final ao con-



Lucena quer transformação de lixões em aterros onde materiais serão reciclados

sumidor (PLS 174/06).

Também deverá ser votado projeto de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que permite a comercialização do pão francês tanto por peso como por unidade de 50 gramas. A proposta (PLS 294/06) receberá decisão terminativa da comissão.

Receberá ainda decisão terminativa proposta de Tião Viana (PT-AC) que visa determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo poder público (PLS 25/07). O parecer do relator, Edison Lobão (PFL-MA), é pela aprovação da matéria.

A pauta do colegiado inclui também cinco avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, relativos a atividades daquela corte.



Serys fala sobre expectativas do Brasil com o "novo ouro do campo"

Serys adverte para condições da produção de etanol como combustível

Ao defender ontem, em Plenário, a produção de etanol como combustível e comentar as expectativas do país com o "novo ouro do campo", Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou que "o atual modelo de produção de bioenergia que se desenha na região corre o risco de ser sustentado nos mesmos elementos que

sempre causaram a opressão de nossos povos: a apropriação de territórios, de bens naturais e da força de trabalho".

– O setor sucroalcooleiro se estruturou como monocultura intensiva e extensiva, provocando a concentração da terra, da renda e do lucro – declarou, ressaltando ainda os potenciais riscos ao

meio ambiente desse modelo.

Para a senadora, o governo Lula deve aproveitar a situação favorável – dado o interesse internacional sobre o etanol brasileiro – "para que este seja um momento de afirmação dos interesses das grandes massas que vivem e trabalham nos campos brasileiros e também dos sem-terra que

podem, agora, ter a definitiva oportunidade de se beneficiar de um novo ciclo econômico". Ela frisou que o preço médio do litro produzido no Brasil, fabricado a partir da cana-de-açúcar, é de US\$ 0,22, enquanto nos Estados Unidos, onde o etanol é fabricado a partir do milho, o preço médio seria de US\$ 0,30.

Raupp quer evitar nova chacina de garimpeiros em RO

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), alertou em Plenário para o risco de chacina de garimpeiros envolvidos na exploração ilegal de diamantes no garimpo de Laje, localizado na reserva Roosevelt, em terras dos índios cintas-largas em Rondônia.

Raupp cobrou providências urgentes aos ministérios da Justiça, do Meio Ambiente e de Minas e Energia, para que seja regulamentada a exploração de diamantes na reserva. Na avaliação do senador, essa seria a única saída para evitar nova tragédia, lembrando fato ocorrido em 2004, quando 29 garimpeiros foram mortos pelos índios cintas-largas.

– Podemos estar seguros: basta não fazermos nada para assistir, em breve, a novo banho de sangue na região – advertiu.

O senador propôs ainda a criação de uma empresa estatal para negociar os diamantes extraídos, acabando, assim, com o contrabando. Ele defendeu a concessão da exploração aos indígenas, que teriam oportunidade de melhorar seu padrão de vida, tal como se deu com índios canadenses.

Para Raupp, a estratégia da proibição não será suficiente para resolver a questão, uma vez que não anula a atração que os diamantes exercem sobre os garimpeiros e contrabandistas.

Em seu pronunciamento, Raupp também cobrou reparos em rodovias em seu estado, danificadas pelas fortes chuvas que caíram na região nos últimos meses.



Raupp quer regulamentar a exploração de diamantes na Reserva Roosevelt

Comissão examina novas regras para pagamento de 13º salário

De acordo com proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, metade da gratificação natalina poderá ser paga entre janeiro e junho de cada ano

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje para deliberar sobre uma pauta de dez itens. Entre eles, projeto de lei do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que dispõe sobre o adiantamento do pagamento do décimo terceiro salário para os trabalhadores. O relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), propõe parecer favorável, com emenda, à matéria, que tem decisão terminativa na comissão.

A proposta (PLS 246/06) determina que o adiantamento de metade da gratificação natalina, conhecida como décimo terceiro salário, deverá ser feito entre janeiro e junho de cada ano, desobrigando o empregador de fazer tal pagamento aos empregados num único mês. Pela lei

em vigor, o empregador paga o décimo terceiro no vencimento de um ano de trabalho do empregado, entre fevereiro e novembro de cada ano. O autor justifica que esse prazo de pagamento "é elástico demais, dificultando a realização de planos, e, muitas vezes, forçando o trabalhador a contrair empréstimo bancário dando como garantia o próprio décimo terceiro salário".

Também em pauta e tramitando em caráter terminativo, o PLS 153/06 altera a legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para estabelecer o pagamento diretamente ao trabalhador de créditos do fundo no caso de contas vinculadas inativas. A matéria é da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) e foi relatada pelo senador Eduardo

Azeredo (PSDB-MG), cujo parecer é favorável.

Outro projeto em caráter terminativo (PLS 334/03), que dispõe sobre a isenção parcial de contribuição previdenciária para as empresas que adotarem turno extra de trabalho, também consta da pauta da reunião de hoje. A proposição tem parecer favorável do relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Ainda poderá ser examinada pela CAS proposta do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer medicamento de uso continuado, não sujeito a controle especial, aos pacientes em seu domicílio. A matéria (PLS 28/07) recebeu parecer favorável do relator, senador José Nery (PSOL-PA).

Efraim pede ao Supremo que garanta a instalação da CPI do Apagão Aéreo

O senador Efraim Morais (PFL-PB) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) garanta o direito das minorias e determine a instalação imediata da CPI do Apagão Aéreo na Câmara, assim como fez em 2005, quando obrigou o Senado a instalar a CPI dos Bingos. Caso isso não ocorra, opinou Efraim, caberá aos senadores colherem assinaturas para instalar a comissão no Senado.

O parlamentar criticou a base do governo na Câmara, que se mobilizou na última semana para impedir a instalação do colegiado que investigaria a crise no setor aéreo. Na quarta-feira, os deputados aprovaram em Plenário recurso do PT que suspendeu a instalação da CPI. O recurso já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania daquela Casa, sob protestos da oposição, que ajuizou mandado de segurança no STF para reverter a decisão.

Efraim expôs reportagens e artigos publicados pela imprensa no fim de semana, com protestos diante da derrubada da CPI e de novos atrasos nos aeroportos, além de denúncias de fraude na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Como exemplo, Efraim citou o caso da empresa paulista FS3, dos empresários Michel Farah e Ettore Ferdinando Casoria, que teria celebrado com a Infraero, sem concorrência pública, um contrato de R\$ 26,8 milhões para gerenciamento de espaços públicos nos aeroportos.

– Por que não se terminam as obras nos aeroportos? Por que não



Efraim critica base do governo por ter impedido a criação da CPI na Câmara

se oferece melhor infra-estrutura? Por que não se investe em equipamentos para garantir a segurança do cidadão que está pagando os seus impostos, que paga a sua passagem? – questionou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse considerar um "prenúncio muito negativo" que o primeiro ato do segundo mandato do presidente Lula seja uma mobilização de sua base para impedir a instalação de uma CPI.



João Ribeiro lamenta atitude de parte da imprensa diante de denúncias

João Ribeiro lê nota do PR sobre atos de Alfredo Nascimento

Em resposta às notícias veiculadas pela imprensa, no último fim de semana, denunciando que o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) teria cometido irregularidades quando ocupou o cargo de ministro dos Transportes e durante a sua campanha para o Senado, João Ribeiro (PR-TO) lamentou que parte da imprensa não tenha o cuidado de verificar a veracidade de denúncias antes de publicá-las. Ele leu ontem nota oficial do Partido da República rebatendo cada uma das acusações.

Intitulada "A calúnia e a verdade", a nota informa que Nascimento ingressou na Justiça contra todos os que o caluniaram e difamaram. A primeira acusação rebatida pelo PR é a de que a coligação eleitoral que elegeu Alfredo Nascimento teria utilizado um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) falso. João Ribeiro informou que o número do CNPJ da campanha do senador é 08.134.682/0001-37 e que sua legalidade pode ser confirmada no site da Receita Federal.

O suposto superfaturamento dos preços das obras da operação tapa-buracos também foi rechaçado por João Ribeiro. Ele disse que o então ministro Alfredo Nascimento, ao determinar a execução da operação tapa-buracos, encaminhou cartas ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU) solicitando fiscalização prévia e concomitante com a execução das obras.

Senador considera saudável o debate sobre o SUS e anuncia que ministério busca, com cursos para técnicos de nível médio, a qualificação de gestores do sistema

Gestão descentralizada da saúde requer capacitação, afirma Viana

Ao comentar matéria publicada pelo jornal O Globo, intitulada “Especialistas fazem ressalvas a relatório sobre má gestão do SUS”, o senador Tião Viana (PT-AC) destacou que estudiosos na área condicionam à capacitação de agentes locais a transferência da gestão de recursos do Sistema Único de Saúde aos municípios.

Tião Viana lembrou o debate iniciado pelo Banco Mundial, que, ao analisar a crise no setor de saúde em alguns países, apontou a centralização da gestão como um dos pontos fracos no Brasil e defendeu maior autonomia dos hospitais e dos municípios.

O senador, que considerou saudável a discussão sobre o tema, afirmou que o Ministério da Saúde já está buscando a qualificação de gestores, com cursos para técnicos de nível médio, nas diversas áreas dos sistemas de saúde. Viana ressaltou que 90% dos mais de 5 mil prefeitos brasileiros não sabem o que é vigilância epidemiológica.



Para Tião Viana, a maioria das prefeituras teria dificuldades em gerenciar o SUS

– Como vão entender os desafios que tem o Sistema Único de Saúde, estabelecer metas e prioridades e fazer a gestão sem desperdício dos recursos? – indagou.

De acordo com Tião Viana, o ministro da Saúde, José Temporão, está atento a esse debate e tem, a esse respeito, “um posicionamento muito correto”. O senador destacou a nova forma de contrato de gestão que o ministro vem apregoando para as unidades

hospitalares públicas, sob a forma fundacional. Isto, explicou, simplificaria a contratação de servidores e melhoraria a dinâmica do gerenciamento.

Equívoco

Em seu pronunciamento, Viana também manifestou apoio ao padre Paolino Baldassari, que há 50 anos faz um trabalho de evangelização junto às populações tradicionais do Acre e, no último fim de semana, foi criticado “de forma duríssima” por um jornal do estado, segundo o senador.

– A imprensa precisa ser livre, não precisa ser justa, como disse um magistrado da Suprema Corte americana. Mas nem por isso devemos deixar de opinar quando julgamos que há equívocos – observou.

Viana salientou que padre Paolino Baldassari é uma figura ímpar no cenário amazônico, que deveria “ser reconhecido com o prêmio Nobel da Paz, pelo trabalho junto às populações tradicionais”.

Seminário discute assessoria no Legislativo

Tem início hoje o II Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo, que promoverá até o dia 30 extensos debates sobre as atividades de assessoramento prestadas aos parlamentares. O encontro visa discutir os objetivos, as funções e os modelos desse trabalho no Parlamento.

O evento será aberto às 18h, com uma cerimônia no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Os debates, com palestrantes nacionais e

internacionais, começarão às 9h de amanhã. Foram planejadas atividades simultâneas, como mesa-redonda no auditório do Interlegis sobre o papel da informação e da biblioteca no assessoramento legislativo. Entre os debatedores estão o analista do Prodasen e representante da Biblioteca Digital do Senado Federal Constantin Metaxa Kladis; a diretora da Central de Atendimento do Centro de Documentação e Informação da Câmara, Cristiane Jardim; e a diretora

da Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações da Biblioteca do Senado Federal, Helena Celeste Vieira.

O público-alvo do seminário são os servidores públicos que exerçam funções de consultor ou assessor legislativo, assessor parlamentar, gestor público e acadêmico.

A programação do encontro está disponível no endereço <http://www2.camara.gov.br/internet/eve/siai/programa.html> e pelo telefone (61) 3216-5336.

– disse Agaciel.

No prefácio, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim destaca o enfoque do autor a respeito do processo de modernização pelo qual passa a Casa.

Declarações dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Sarney (PMDB-AP) são apresentadas na orelha da publicação. O escritor Marcus Vinicius Villaça, o arquiteto Oscar Niemeyer e o professor Arno Wehling também analisam o trabalho de Agaciel.



Obra de Agaciel explica como nasce um projeto de lei e discute temas nacionais

legislativo, desde o momento em que nasce um projeto de lei, abordando questões relativas à Previdência, aos portadores de deficiência, ao idoso e à participação da mulher na política

Agaciel lança livro sobre o que faz o Senado

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, lança hoje o livro Tempo de transformação, às 17h, no hall da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado. Publicado pela editora Letra Viva, a obra reúne 77 artigos veiculados em jornais brasileiros.

– O livro explica de forma clara e concisa o processo le-

Abolição completa exige escola de qualidade para todos, diz Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que a abolição dos escravos no Brasil “somente será completada quando a escola dos filhos da senzala for igual à escola dos filhos da casa-grande”.

– Hoje não há escravidão, mas há exclusão social – ressaltou.

O parlamentar observou que, quando se propõe “completar a abolição” por meio da escola integral para todas as crianças, um dos primeiros questionamentos que se faz é quanto à origem dos recursos e se há verbas suficientes.

– Mas não se pergunta de onde virá o dinheiro quando se discute o PAC e os R\$ 503,9 bilhões que se pretende gastar com esse programa – frisou o senador, acrescentando que “ninguém nesta Casa veio questionar de onde virá o dinheiro para o aumento de cerca de 26% dos salários de deputados federais e senadores”.

Segundo Cristovam, seriam necessários “não mais que R\$ 7 bilhões por ano, inicialmente”, para se implantar o horário integral nas escolas do país, em um processo que duraria, de acordo



Cristovam defende a implantação do horário integral nas escolas do país

com ele, em torno de 15 anos.

– Esse gasto não é tão alto – avaliou, ao destacar que, “no fundo, o que estamos fazendo, e ninguém pode dizer que não tem culpa, é deixar as crianças para trás”.

Visita

Cristovam comentou sua visita ao município cearense de Redenção. Ele lembrou que o Ceará aboliu a escravatura em 25 de março de 1884 – quatro anos antes da abolição em âmbito nacional – e que aquela cidade o fez ainda mais cedo, em 1883. Citou a história de Gil Ferreira Gomes, senhor de engenho que decidiu alforriar seus escravos, e lamentou o fato de hoje ser tolerada “essa escravidão chamada exclusão social”.

Maciel destaca papel das bibliotecas na disseminação das informações

Marco Maciel (PFL-PI) destacou em Plenário a passagem do Dia do Bibliotecário, celebrado em 20 de março, ocasião em que o Senado assinou convênios com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) para a implantação do projeto da Biblioteca Digital do Senado. Com esses convênios, o acesso dos cidadãos a documentos e informações jurídicas e a jurisprudência será facilitado.

– Não se faz um grande escritor sem antes ter um grande leitor, e não se faz um grande leitor sem acesso a uma biblioteca – salientou Maciel, para quem a Biblioteconomia facilita o acesso a outros bens culturais. Para respaldar seu argumento, o senador citou o escritor e conterrâneo Gilberto Freyre, que considerava a educação a prioridade número um em uma sociedade democrática, como forma de proporcionar o acesso aos demais bens culturais.

Maciel mencionou ainda os pronunciamentos do presidente do Ibict, Emir Suaiden, e do presidente em exercício do STJ, Francisco Peçanha, proferidos na cerimônia de assinatura do



Maciel elogia convênio para implantação da Biblioteca Digital do Senado

convênio. Suaiden lembrou que o teórico da comunicação Yoniji Massuda foi criticado ao dizer que a sociedade da informação promoveria o compartilhamento de informações.

Conforme Maciel, essa sociedade, apesar das desigualdades sociais, aumentou o acesso ao livro e foi capaz de disseminar o saber.

– O livro ainda é caro no Brasil, daí o papel das bibliotecas na disseminação da informação – assinalou.

Já Peçanha, segundo Maciel, ressaltou que a iniciativa ampliará o acesso à doutrina e à jurisprudência e falou da experiência do STJ com a implantação da Biblioteca Digital Jurídica (BDJur).



Para Simon, a ausência do Estado gera "muros" reais e virtuais entre ricos e pobres

Globalização destrói a soberania dos países, diz Simon

A internacionalização da economia, na opinião de Pedro Simon (PMDB-RS), promove a destruição da soberania das nações e potencializa os efeitos da exclusão social em todos os países. O senador diz que as regras da globalização "parecem contribuir para a formação de só um grande país em escala mundial, chamado Mercado.

— É assim o mundo globalizado de hoje: uma parcela incluída, uma outra excluída, com características semelhantes, independentemente de onde estejam localizadas. O traço comum da parcela incluída é o consumismo, enquanto o da excluída é a fome e a miséria.

De acordo com Simon, a ausência do Estado contribui para o surgimento de governos paralelos nas localidades mais pobres e para a construção de "muros" reais e virtuais separando os ricos dos menos favorecidos. "Mas o muro mais vergonhoso é o virtual, é o que separa corações e mentes. Chame-se isso de racismo, de discriminação, de segregação ou qualquer outro nome", disse.

As regras da globalização, segundo Simon, são a competição desenfreada, disputa e rivalidade.

— As arenas modernas são os vestibulares, o mercado de trabalho, o mundo digital, a concorrência comercial, os concursos com todos os tipos e características: pela vaga na escola, pelo emprego, pela beleza e tantos outros. Pior: pela vaga no hospital, pelo remédio, pela vida, enfim. Esse mundo de competição gerou novos conhecimentos, tecnologias de ponta, não há como negar. Mas destruiu valores fundamentais do comportamento humano.

Pedro Simon ressaltou ainda que os fundamentos da globalização não foram construídos em um "passe de mágica", mas desenvolvidos ao longo dos anos nos organismos financeiros internacionais, nas universidades do mundo desenvolvido e nos principais gabinetes do poder.

Líder do PFL adverte que saída do governo federal para ampliar os investimentos públicos no país será o aumento da carga tributária

Agripino: só com reformas país terá condições de crescer mais

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), afirmou ontem que os gastos correntes da União entre 1995 e 2006 cresceram 77%, enquanto o produto interno bruto (PIB) aumentou, no mesmo período, cerca de 30%. Esses gastos, enumerou, são a folha de pessoal, benefícios previdenciários e investimentos em educação e saúde, além de despesas com cartões corporativos e com diárias e passagens de agentes públicos.

O senador se disse preocupado com a diferença entre o crescimento dos gastos do governo e o aumento do PIB nacional. Para ele, as melhorias nas áreas de saúde e educação, por exemplo, não justificam o aumento dos gastos correntes. A seu ver, o país está investindo e poupando menos, mas gastando mais.



Crescimento dos gastos do Executivo federal supera o do PIB, alerta Agripino

Na opinião de Agripino, a saída do governo para ampliar os investimentos públicos será o aumento da carga tributária. Para que isso não ocorra, advertiu, o país deve promover reformas estruturantes, como a sindical e a trabalhista.

— Queremos a remessa para este

Congresso daquilo que Lula prometeu, que são a reforma sindical e a reforma trabalhista, reformas estruturantes que vão disciplinar a relação entre capital e trabalho, e a urgente aprovação da reforma política e da reforma tributária, para que o Brasil possa se modernizar e ter índices de crescimento confortáveis e confiáveis.

O alerta do líder pefelista foi inspirado por editorial do jornal O Estado de S. Paulo do último domingo, que abordou a questão citando análises do professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, e do ex-diretor do BC Ilan Goldfajn.

José Agripino recebeu apertados dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mão Santa (PMDB-PI).

Antonio Carlos critica alto custo da nova sede do TSE

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou em Plenário a decisão do ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de levar adiante a construção da nova sede da corte, orçada, conforme o jornal O Globo de domingo, em R\$ 335 milhões.

— Vejam o escândalo que é essa sede. Um belo monumento de Oscar Niemeyer, mas muito caro para uma Justiça precária como a brasileira — acusou o parlamentar, chamando a atenção para a coincidência do valor da proposta vencedora com o custo da obra previsto no edital, de R\$

330 milhões.

Antonio Carlos observou que, se se tratasse de uma obra do Congresso, isso já teria se tornado um escândalo capaz de paralisar suas atividades.

— Ele [Marco Aurélio Mello] deveria paralisar esse projeto para ser coerente com as críticas que tem feito ao Legislativo, muitas delas com razão.

O senador informou que a futura sede do TSE terá preço superior ao que foi pago para edificar as sedes do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho, as construções mais caras do Judiciário, conforme



ACM diz que ministro Marco Aurélio Mello deveria paralisar a construção

informa o jornal.

Segundo Antonio Carlos, é preciso dar mais força ao Conselho Nacional de Justiça para que esse possa corrigir muitos erros cometidos por tribunais de Justiça no país. O senador recebeu apertados de Pedro Simon (PMDB-RS) e Mão Santa (PMDB-PI).

Mão Santa anuncia levantamento de obras inacabadas

Mão Santa (PMDB-PI) anunciou ontem que vai apresentar ao Senado, após a Semana Santa, um levantamento das principais obras federais paralisadas em cada estado. Com o auxílio de Mário Couto (PSDB-PA), que o aparteu, o peemedebista espera catalogar três obras inacabadas por estado, o que totalizaria 81 empreendimentos. Ele justifica



Mão Santa cobra conclusão do porto de Luís Correia e de ferrovia no seu estado

esse empenho argumentando que a missão dos opositoristas é reivindicar e fiscalizar as ações do governo.

No Piauí, o parlamentar citou

como exemplos de obras abandonadas o porto de Luís Correia, a estrada de ferro Parnaíba-Luís Correia e a eclusa da hidrelétrica de Boa Esperança. A reconstrução da ferrovia deveria ocorrer no prazo de 60 dias, como teria anunciado o presidente Lula em visita ao Piauí na campanha eleitoral de 2006. Em relação à eclusa, Mão Santa pede sua inclusão — bem como das outras obras e da hidrovía no rio Parnaíba — no Programa de Aceleração do Crescimento. Para a conclusão do porto, faltariam US\$ 10 milhões.



Papaléo anuncia que apresentará recurso contra decisão da Comissão de Justiça

Papaléo defende exame de proposta que extingue MPs

Papaléo Paes (PSDB-AP) anunciou que apresentará recurso ao Plenário contra a prejudicialidade da proposta de emenda à Constituição que extingue o instituto da medida provisória. O objetivo do senador é tentar reverter a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de aprovar o parecer do relator, Demostenes Torres (PFL-GO), pela prejudicialidade da PEC 47/04.

Primeiro signatário da PEC, Papaléo argumentou que o Plenário não pode ter negado o seu direito de avaliar, ao menos uma vez, a extinção das MPs. Ele opinou que a ausência de discussão da matéria é um assunto muito grave para que seja consumado sem uma reação contrária.

— Compreendo que a liderança do governo prefira privilegiar uma proposta que apresente ajustes às medidas provisórias e não sua supressão. Embora profundamente danosas para o país, as MPs resolvem muito da incompetência administrativa governamental em articular-se politicamente na Câmara e no Senado — afirmou.

Serys registra os 85 anos da fundação do PCdoB

Serys Shlessarenko (PT-MT) registrou a comemoração dos 85 anos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), realizada no último domingo. A senadora afirmou que a legenda tem "décadas de luta em defesa do povo brasileiro, da democracia, da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores".

— Em nome do PT, saúde, com todo o respeito, a todos os companheiros, companheiros de todas as horas, do PCdoB — disse.

A hora do expediente da sessão de amanhã será dedicada à comemoração do aniversário de fundação do partido, a pedido de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Projeto de Patrícia Saboya que visa estimular empresários a prorrogar benefício a trabalhadoras está sendo examinado na Comissão de Direitos Humanos

Licença-maternidade pode ser ampliada para seis meses

O projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que institui o programa Empresa Cidadã com a finalidade de estimular os empresários a ampliarem a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal terá decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde

conta com parecer favorável. A proposta prorroga a licença-maternidade por mais 60 dias, passando dos atuais quatro meses para seis meses de duração, para as trabalhadoras das empresas privadas que aderirem ao programa. Mas o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), com a anuência da senadora, vai propor que o bene-

fício seja garantido de imediato às funcionárias públicas.

Pela proposta, a funcionária que gozar do benefício terá direito a sua remuneração integral, da mesma forma como é feito o pagamento pelo INSS nos primeiros quatro meses, desde que não exerça qualquer atividade remunerada e não mantenha o bebê

em creche ou organismo similar durante o período de prorrogação da licença-maternidade.

Já a pessoa jurídica que aderir ao programa terá o direito de deduzir integralmente do Imposto de Renda devido o valor correspondente à remuneração da empregada nos 60 dias em que perdurar a prorrogação da

licença.

A senadora explica que a renúncia fiscal referente à dedução do Imposto de Renda corresponde a cerca de R\$ 500 milhões.

– Constata-se, no entanto, que, em vista dos imensos ganhos sociais da iniciativa, a relação custo-benefício da proposta é claramente positiva – argumenta.

Relator quer beneficiar servidoras

Favorável ao projeto de lei da senadora Patrícia Saboya que prevê a possibilidade de se aumentar a licença-maternidade de quatro para seis meses (PLS 281/05) caso a empresa queira, o relator da matéria na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim, anunciou que vai apresentar uma emenda à proposta original. O objetivo, segundo informou Paim, é autorizar o Poder Executivo a estender, de imediato, o benefício às servidoras públicas.

Em entrevista à Agência Senado, Paim afirmou que essa deverá ser a única alteração substancial que fará no texto do projeto que concede incentivos fiscais a empresas que prorrogarem o prazo da licença-maternidade. Ele acentuou que a modificação contou com a concordância da autora da matéria.

– Meu parecer já está pronto e nele faço algumas poucas alterações no sentido de aperfeiçoar alguns detalhes, mas tudo em concordância com a senadora, que é a mãe e o pai da idéia – ressaltou o senador pelo Rio Grande do Sul.

Paulo Paim explicou também que sua emenda não poderia utilizar outra expressão que não a de “autorizar” o Poder Executivo, sob pena de cometer vício de iniciativa, já que tal tipo de decisão é privativo do Executivo.

Vários países concedem licença mais longa do que o Brasil

Segundo dados da Convenção da Proteção da Maternidade, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em junho de 2000, vários países já concedem licença-maternidade superior a quatro meses (16 semanas), podendo, em alguns casos, chegar a até um ano.



– Os países do continente africano estão entre os que menos respeitam o direito das mães de ficar mais tempo com seus filhos.

– A Suécia é um caso à parte, pois, a partir de 1974, tornou-se o primeiro país do mundo a transformar a licença-maternidade em um benefício remunerado para ambos os pais, com o objetivo de estimular os homens a assumirem um papel mais ativo na criação dos filhos e propiciar ainda uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas.

Iniciativa deve ser votada na semana do Dia das Mães

O projeto de Patrícia Saboya deverá ser votado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa entre 14 e 17 de maio, na semana do Dia das Mães.

A informação sobre a provável data da votação é do relator da matéria, Paulo Paim: “A senadora Patrícia me pediu que somente colocasse a proposta em votação após a realização de várias audiências públicas para discutir a matéria com especialistas da área”.

A CDH, onde a matéria terá decisão terminativa, já realizou duas audiências. A primeira, em 15 de março de 2006, quando os senadores debateram o projeto com a presença do presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclésio Campos Júnior; do representante da OAB, Joelson Dias; do presidente da Fundação Abrinq, Rubens Neves; da representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Elizabete Pereira; do representante do Conanda,

José Eduardo de Andrade; e da atriz Maria Paula, madrinha da Semana da Amamentação.

A segunda audiência foi realizada em 21 de março último. Além de Dioclésio Campos Júnior, Joelson Dias e Maria Paula, o debate contou com a participação de outros cinco convidados: o presidente da Fersol, Michael Haradon, e os representantes da CNI, José Pastore; da CNC, Eugênio Ferreira Garcia; da Fiesp, Cláudia Scaff; e da Nestlé, Carlos Faccini.

Depoimentos

Michael Haradon, proprietário da Fersol, falou dos resultados positivos da experiência de estender, em sua empresa, a licença-maternidade às funcionárias.

Na opinião do representante da OAB, propostas como essa resultam em melhorias de vida da população; Cláudia Scaff, no entanto, observou que a ampliação da licença-maternidade é uma boa medida para classes com remuneração mais baixa, pois dificilmente,

segundo ela, mulheres na posição de executivas aceitariam ficar tanto tempo fora da empresa, por temerem perder espaço. José Pastore disse que a licença concedida no Brasil já é bastante generosa.

Na segunda audiência, Patrícia Saboya anunciou que havia recebido um telefonema do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em apoio à proposta. Temporão, que é médico sanitário, teria dito que “muitas crianças brasileiras morrem antes de completar um ano de idade por falta de uma amamentação adequada”. A assessoria da senadora informou também que o ministro marcou uma audiência com Patrícia, às 15h de hoje, a fim de discutir o projeto.

A convite da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a senadora deverá apresentar seu projeto em reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Estados e municípios já adotam proposta

Em julho de 2005, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente lançaram uma campanha pela licença-maternidade de seis meses. A partir da idéia sugerida no projeto de lei de Patrícia Saboya, vários estados e municípios aderiram à proposta e resolveram conceder o benefício mesmo antes de o projeto ser aprovado no Congresso.

Confira os lugares onde a idéia da proposta de Patrícia Saboya já se tornou lei, segundo consta do site da senadora: Fortaleza (CE), Aquiraz (CE), Beberibe (CE), Maranguape (CE), Redenção (CE), General Sampaio (CE), Tamboril (CE), Varjota (CE), Pindoretama (CE), Ipu (CE), Sobral (CE), Horizonte (CE), Maracanaú (CE), Solonópole (CE), Nova Russas (CE), Farias Brito (CE), Jaguaratama (CE), Itaiçaba (CE), Londrina (PR), Sarandi (PR), Serra (ES), Vitória (ES), Castelo (ES), Cariacica (ES), Vila Velha (ES), Anchieta (ES), São Domingos do Norte (ES), Marechal Floriano (ES), Linhares (ES), Colatina (ES), Viana (ES), Pacaraima (RR), São Luís (MA), Pedra (PE), Natal (RN) e Bagé (RS). No Amapá, além do aumento do prazo da licença-maternidade, a licença-paternidade foi aumentada de cinco para 15 dias.

Já foram aprovados e aguardam sanção projetos em Ribeirão Preto (SP), Reriutaba (CE), Tejuçuoca (CE), Icapuí (CE), São José do Rio Preto (SP), Ituiutaba (MG), Franca (SP) e estado da Paraíba.

Há ainda propostas tramitando em Belém (PA), Cuiabá (MT), Macapá (AP), Itaúbal (AP), Porto Velho (RO), Chupinguaia (RO), Ribeirão Branco (SP), Ilha Solteira (SP), Gravataí (RS), Jucás (CE), e estados da Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte e Maranhão.